

Tribunal de Contas da União**RESOLUÇÃO Nº 313, DE 27 DE MARÇO DE 2020**

Altera a Resolução-TCU nº 311, de 19 de março de 2020, que dispõe sobre o julgamento e a apreciação, por meio eletrônico, de processos de competência do Tribunal de Contas da União.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas competências legais e regulamentares, em especial a conferida pelo art. 29 do Regimento Interno/TCU,

Considerando o poder regulamentar conferido ao TCU pelo art. 3º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para expedir atos e instruções normativas sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos;

Considerando a previsão contida no art. 94, § 7º, do Regimento Interno do TCU, que autoriza o exame de processos, inclusive quanto ao mérito, por meio eletrônico;

Considerando a possibilidade de que a sustentação oral seja feita por meio de arquivo eletrônico enviado ao TCU, resolve, ad referendum do Tribunal Pleno:

Art. 1º A Resolução-TCU nº 311, de 19 de março de 2020, passa a vigorar acrescida do art. 2º-A, nos seguintes termos:

"Art. 2º-A Os pedidos de sustentação oral referentes a processos incluídos em pauta de sessão virtual devem ser formulados na forma definida no Regimento Interno do TCU até às 12 horas do dia útil anterior à realização da sessão.

§ 1º A petição deverá ser acompanhada do arquivo de áudio ou de vídeo, contendo as razões defendidas pelo requerente ou seu procurador, sob pena de indeferimento.

§ 2º O arquivo eletrônico de sustentação oral poderá ser de áudio ou de vídeo, devendo observar o tempo máximo de 10 minutos.

§ 3º Caso o arquivo enviado exceda o tempo máximo previsto no parágrafo anterior, o trecho excedente será desconsiderado.

§ 4º A partir do deferimento da sustentação oral pelo presidente do colegiado, os ministros, ministros-substitutos e o Ministério Público terão acesso ao seu conteúdo na página de realização da sessão.

§ 5º Quando o formato, a resolução ou o tamanho do arquivo enviado impossibilitar que o Relator tenha acesso às razões do interessado, o processo será transferido para a sessão virtual subsequente e o relator despachará nos autos, abrindo prazo para que o interessado na sustentação oral apresente novo arquivo de áudio ou de vídeo no prazo definido no caput deste artigo.

§ 6º Não havendo resposta do interessado ou em caso de a impossibilidade de acesso ao conteúdo persistir com o novo arquivo apresentado, o pedido de sustentação oral será indeferido.

§ 7º O Presidente do TCU fixará os procedimentos específicos para o recebimento dos arquivos referentes à sustentação oral, bem como os requisitos de formato e tamanho."

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do art. 2º da Resolução-TCU nº 311, de 2020.

Art. 3º O § 3º do art. 3º da Resolução-TCU nº 311, de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º Caso ocorra o registro de oposição de que trata o parágrafo anterior, o processo ficará automaticamente excluído da pauta da sessão virtual."

Art. 4º O § 1º do art. 4º da Resolução-TCU nº 311, de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º As minutas de relatório, voto e acórdão do relator e do revisor serão disponibilizadas até 48 horas úteis antes do encerramento da sessão, exceto nos casos previstos no § 14 do art. 141 do Regimento Interno/TCU."

Art. 5º Os procedimentos definidos nesta Resolução serão aplicados às sessões realizadas a partir de 1º/4/2020.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MUCIO MONTEIRO

DECISÃO Nº 183, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Altera a Decisão Normativa-TCU nº 178, de 23 de outubro de 2019, que dispõe acerca das prestações de contas anuais da Administração Pública Federal referentes ao exercício de 2019, que devem ser apresentadas em 2020, especificando a forma, os elementos de conteúdo, as unidades que devem prestar contas e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa-TCU 63, de 1º de setembro de 2010.

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

Considerando o poder regulamentar que lhe confere o art. 3º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para expedir normativos sobre matéria de sua competência e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos;

Considerando o comando do item 9.5 do Acórdão nº 2.567/2019-TCU-Plenário;

Considerando a necessidade de ajuste na data-limite para entrega da prestação de contas do Fundo de Participação PIS/PASEP (STN) referente ao exercício de 2019;

Considerando os estudos desenvolvidos no âmbito do processo nº TC 031.896/2018-9;

Considerando que, em que pese haja norma determinando a prestação de contas integrada, tal modelo de relatório de gestão ainda está em processo de incorporação na Administração Pública Federal;

Considerando que as razões explicitadas para justificar a apresentação do relatório de gestão da Ceitec são razoáveis;

Considerando que é obrigatória a divulgação das informações da gestão realizada pelas unidades de contexto, conforme art. 4º, § 4º da DN 178-TCU;

Considerando que a segregação do relatório de gestão da Ceitec não fere os princípios e normas definidos para a devida prestação de contas;

Considerando que não existe vedação para a apresentação apartada do relatório de gestão de unidades de contexto, resolve:

Art. 1º O Anexo I da Decisão Normativa - TCU nº 178, de 23 de outubro de 2019, passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo Único desta decisão normativa.

Art. 2º Esta decisão normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MUCIO MONTEIRO
Presidente do Tribunal

ANEXO ÚNICO

"ANEXO I À DECISÃO NORMATIVA-TCU Nº 178, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019

| UNIDADES PRESTADORAS DE CONTAS NO EXERCÍCIO DE 2019 | UNIDADES DE CONTEXTO | APRESENTADOR | DATA LIMITE 2020 |
|--|----------------------|--|------------------|
| PODER LEGISLATIVO | | | |
| ADMINISTRAÇÃO DIRETA | | | |
| Órgão Público | | | |
| Câmara dos Deputados (CD) | | Câmara dos Deputados (CD) | 31/03/2020 |
| Senado Federal (SF) | | Senado Federal (SF) | 31/03/2020 |
| Tribunal de Contas da União (TCU) | | Tribunal de Contas da União (TCU) | 31/03/2020 |
| PODER JUDICIÁRIO | | | |
| CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA | | | |
| ADMINISTRAÇÃO DIRETA | | | |
| Órgão Público | | | |
| Conselho Nacional de Justiça (CNJ) | | Conselho Nacional de Justiça (CNJ) | 31/03/2020 |
| TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (TJDFT) | | | |
| ADMINISTRAÇÃO DIRETA | | | |
| Órgão Público | | | |
| Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) | | Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) | 31/03/2020 |
| JUSTIÇA DO TRABALHO | | | |
| ADMINISTRAÇÃO DIRETA | | | |
| Órgão Público | | | |
| Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) | | Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO (TRT/DF e TO) | | Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO (TRT/DF e TO) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR (TRT/AM e RR) | | Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR (TRT/AM e RR) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC (TRT/SC) | | Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC (TRT/SC) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB (TRT/PB) | | Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB (TRT/PB) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO (TRT/AC e RO) | | Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO (TRT/AC e RO) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP (TRT/Campinas) | | Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP (TRT/Campinas) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/MA (TRT/MA) | | Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/MA (TRT/MA) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES (TRT/ES) | | Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES (TRT/ES) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO (TRT 18ª Região/GO) | | Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO (TRT 18ª Região/GO) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/AL (TRT/AL) | | Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/AL (TRT/AL) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ (TRT/RJ) | | Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ (TRT/RJ) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/SE (TRT/SE) | | Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/SE (TRT/SE) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN (TRT/RN) | | Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN (TRT/RN) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região/PI (TRT/PI) | | Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região/PI (TRT/PI) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT (TRT/MT) | | Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT (TRT/MT) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS (TRT/MS) | | Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS (TRT/MS) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP (TRT/SP) | | Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP (TRT/SP) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG (TRT/MG) | | Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG (TRT/MG) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS (TRT/RS) | | Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS (TRT/RS) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA (TRT/BA) | | Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA (TRT/BA) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE (TRT/PE) | | Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE (TRT/PE) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE (TRT/CE) | | Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE (TRT/CE) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP (TRT/PA e AP) | | Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP (TRT/PA e AP) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT-PR) | | Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT-PR) | 31/03/2020 |
| Tribunal Superior do Trabalho (TST) | | Tribunal Superior do Trabalho (TST) | 31/03/2020 |
| JUSTIÇA ELEITORAL | | | |
| ADMINISTRAÇÃO DIRETA | | | |
| Órgão Público | | | |
| Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE/BA) | | Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE/BA) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE/PB) | | Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE/PB) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE/AL) | | Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE/AL) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE/GO) | | Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE/GO) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE/MG) | | Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE/MG) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE/PE) | | Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE/PE) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE/RO) | | Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE/RO) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE/RR) | | Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE/RR) | 31/03/2020 |
| Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC) | | Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC) | 31/03/2020 |

